



POR UMA MUDANÇA NA AVALIAÇÃO DE EXCLUSÃO

Vol. 3 nº 6 jul./dez. 2008

p. 139-151

Bernardo Alfredo Mayta Sakamoto¹
Unioeste – Campus de Toledo
Rosa de Lourdes Aguilar Verástegui²
FASUL - Toledo

Resumo: A prática da avaliação da aprendizagem não é simplesmente o confronto entre as metas estabelecidas e os resultados obtidos. Perrenoud afirma que a avaliação não é uma simples seleção, pois ela possui uma lógica que consolida a hierarquia social. Luckesi lembra que a avaliação, como ato diagnóstico, tem por objetivo a inclusão e não a exclusão. Assim, para Luckesi, a prática da avaliação da aprendizagem é um ato de amor, distintivo do exercício docente.

Palavras-chave: Avaliação; Exclusão social; Educação.

FOR A CHANGE IN THE EVALUATION OF EXCLUSION

Abstract: The practice of the evaluation of the learning is not simply the confrontation between the established goals and the obtained results. Perrenoud affirms that the evaluation is not simple selection, it possess a logic that consolidates the social hierarchy. Luckesi emphasizes that the evaluation, like act diagnosis, has by objective the inclusion and not exclusion. Thus, for Luckesi, the practice of the evaluation of the learning is a love act, symbol of the educational exercise.

Keywords: Evaluation; Social exclusion; Education.

1. Introdução

A avaliação é um conceito que designa o processo de confronto entre as metas estabelecidas e os resultados obtidos. A prática da avaliação permite verificar o grau de consecução dos objetivos, através da comparação das metas com os resultados, ajuda a detectar as falhas e as incorreções no processo de ensino e aprendizagem e facilita a distribuição dos resultados escolares dos alunos de acordo com uma escala previamente definida. Há várias modalidades de avaliação: diagnóstica, formativa e somativa. Elas permitem conhecer o domínio dos pré-requisitos necessários para a compreensão da nova unidade de ensino e detectar as dificuldades de aprendizagem e suas deficiências.

O termo *avaliação da aprendizagem* é recente, apareceu em 1930, e é atribuído a Ralph Tyler, educador norte-americano, que se dedicou à questão de um ensino que fosse eficiente. Os pesquisadores norte-americanos de avaliação de aprendizagem

definem o período de 1930 a 1945 como o período “tyleriano” da avaliação da aprendizagem. O termo foi introduzido, mas a prática continuou sendo baseada em provas e exames, apesar de vários educadores acreditarem que a avaliação poderia e deveria subsidiar um modo eficiente de fazer ensino: “é muito necessário cotejar cada instrumento de avaliação que for proposto com os objetivos que se têm em mira e ver se aquele utiliza situações capazes de evocar a espécie de comportamento que se deseje como objetivo educacional” (TYLER, 1981, p. 166).

Para Sordi (1995), a prática de avaliação deve ser um ato dinâmico onde o professor e os alunos assumem o seu papel, de modo coparticipativo, através da implementação do diálogo e da interação respeitosa, comprometendo-se com a construção do conhecimento e com a formação de um profissional competente. É um ato essencialmente político, expressando concepções de Homem-Mundo-Educação. Para Hoffmann (1993), as avaliações mostram ações provocativas do professor, que desafia o aluno a refletir sobre as experiências vividas; a formular e a reformular hipóteses, direcionando para um saber enriquecido. Ocorre, porém, que, nestas compreensões da avaliação, apenas se mensura a medida dos objetivos: se eles foram ou não alcançados. Elas somente consideram os aspectos declarados do processo e ignoram todos os aspectos latentes que possam ocorrer com base na dinamicidade das experiências.

Nesse contexto das práticas da avaliação da aprendizagem, apresentamos dois pensadores que refletem as implicações sociais e conceptuais desta prática: o francês Philippe Perrenoud e o brasileiro Cipriano Luckesi. Assim, apresentaremos, na primeira parte, a exclusão social como consequência de práticas de hierarquia na avaliação, e, na segunda parte, a definição da avaliação como ato de amor.

Philippe Perrenoud, em sua obra *Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens, entre duas lógicas* (1999), afirma que, na prática da avaliação da aprendizagem, não só se classificam os alunos na sala de aula, mas também essas práticas possuem um efeito social muito mais definido: a avaliação cria as hierarquias sociais que consolidam a sociedade atual.

2. A avaliação como uma tortura moderna

Iniciaremos fazendo uma reflexão sobre as críticas de Perrenoud acerca da avaliação. Ele afirma que esta prática é dolorosa e que sua origem não é nem medieval nem antiga. A prática avaliativa é uma invenção nascida na modernidade, com os colégios no século XVII.

Os antecedentes da avaliação se encontram nas épocas da reforma e da contrarreforma. Na reforma, com a *Didática Magna* de Jan Amos Komensky, Comenius (1592-1670). E na contrarreforma, através da *Ratio Studiorum*, que era o “Plano de estudos” de 1594, destinada para a educação jesuíta, e que foi formulada definitivamente por Aquaviva, em 1599.

Com a *Didática Magna*, Comenius tenta criar a ciência da educação, utilizando os mesmos métodos das ciências físicas e suas teorias educacionais surpreendem por sua atualidade. Na prática do ensino, esse autor foi pioneiro na aplicação de métodos

que despertassem o crescente interesse do aluno. Nesse sentido, Comenius aponta alguns padrões das práticas de avaliação: a constante interrogação, a verificação da memorização e a revisão-surpresa. A interrogação deve ser frequente, de tal maneira que:

De tempos em tempos, interrompendo a lição, deve interrogar um ou outro: o que acabei de dizer? Quer repetir esse período? Em que ocasião aconteceu isso? etc. Isso será útil para toda a classe. Se ficar claro que alguém estava distraído, deverá ser repreendido e punido imediatamente, para que todos se esforcem em prestar mais atenção. (COMENIUS, 2002, p. 212).

Através dessas perguntas, o examinado estará atento e terá cuidado de não estar distraído, porque poderá ser interrogado a qualquer momento e sobre qualquer tema. Também Comenius recomenda a constante verificação da memorização, pois afirma que através dela se mantém a fidelidade do texto e a repetição não só beneficia o repetidor como aqueles que a escutam constantemente. Desta maneira:

O professor pessoalmente, como inspetor supremo, deverá dirigir-se ora a um, ora a outro, para verificar a atenção daqueles em quem têm pouca confiança. Por exemplo: pedirá as lições aprendidas de cor a um aluno, a um segundo, a um terceiro e a todos, enquanto todos os outros ouvem. Assim, todos deverão ir preparados para a escola, pelo temor de serem interrogados (COMENIUS, 2002, p. 213).

Além das duas práticas anteriores, Comenius recomenda a contínua revisão, que deve estar acompanhada do fator surpresa. A revisão-surpresa deve servir para manter sempre a constância no estudo. Para isto, “o professor também poderá, de quando em quando, olhar pessoalmente os cadernos deste ou daquele, sem ordem específica, e punir aquele que tiver sido negligente ou desatencioso” (COMENIUS, 2002, p. 214). Para Comenius, gerar o medo determina a atenção dos alunos nas atividades escolares.

Como podemos observar, essas modalidades de avaliação são intempestivas, perturbadoras e constrangedoras. Podem parecer efetivas para a aprendizagem, se temos em conta só estatísticas ou resultados em curto prazo. Se, porém, fazemos um balanço minucioso e considerarmos as consequências na personalidade dos estudantes, poderemos observar que estamos criando pessoas que tomam a dor causada pelos outros como medidas naturais e necessárias para a aprendizagem. Essa concepção identifica a educação com uma prática desagradável, escola com lugar torturante (mas necessário) para quem quer aprender. De tal maneira que, chegamos a fazer parte da cultura popular, ditados como: “Quem gosta de aprender é quem gosta de sofrer”.

O mais pernicioso desta prática é que as pessoas adotam essa cultura da educação dolorosa, desagradável e torturante como legítima e ainda há alguns que

defendam esta prática como natural e benéfica para o ser humano. Estamos deformando a natureza humana, criando uma mentalidade doentia. Aqui cabe uma reflexão russeaniana sobre a educação negativa, que antes de ensinar novas regras ou habilidades, deve subtrair os maus hábitos e preconceitos. Antes de mudar a avaliação devemos retirar esses preconceitos de que a educação deve ser sofrida para ser eficaz.

Em relação à dor, a medicina progrediu. No início, para preservar a vida, os médicos recorriam a tratamentos completamente dolorosos e o paciente sobrevivia, mas a um caro custo. Na educação, a história é semelhante, a pessoa entrava na cultura da sociedade com ritos cruéis e sofridos, provocados pelo próprio sistema escolar, mas, como a medicina, a educação também avançou e procura preservar a dignidade humana, isto é, a qualidade de vida como um direito universal. E esse direito é extensivo a todos, desde as crianças até os imortais da academia.

Nossa cultura está tomada pelo conceito de sofrimento como um recurso bom, como um recurso que dignifica nossos atos. A dor é vista como necessária para progredir e se a dor não está presente em nossas vidas, significa que a vida está muito medíocre ou empobrecida. E chegamos a medir a qualidade do aprendido com a quantidade de sofrimento que causou.

Outra observação que cabe fazer é com relação às avaliações e à autoridade do professor. A avaliação também serve para manter a disciplina, entendendo-se que uma avaliação mais drástica e assustadora gerará maior medo em relação ao avaliador. E a capacidade de gerar respeito se confunde com a de gerar medo. Em verdade, o medo se impõe e é próprio dos tiranos, enquanto que o respeito e a admiração se ganham e devem ser próprios dos mestres.

A avaliação produz um distanciamento entre o professor e o aluno, e é um instrumento de poder efetivo. Como instrumento de dominação e de repressão, ela ameaça e produz temor. Weber lembra que a vida social está marcada pelas manifestações de dominação, pois, ao fim de contas, o aluno está na escola à procura de resultados aprovatórios que a sociedade cobra. A dominação faz com que o indivíduo obedeça a uma ordem acreditando que está realizando sua própria vontade.

Na *Ratio Studiorum*, os jesuítas enfatizam que *Repetitio mater studiorum* (“a repetição é a mãe da aprendizagem”). É completamente compreensível esta proposta, dado que eles tinham como missão converter hereges e alimentar os cristãos vacilantes. Dado que o método da *Ratio Studiorum* era predominantemente verbal e constava da preleção, da contenda, da memorização, da expressão e da imitação, o cuidado para evitar qualquer distorção ou interpretação errada da doutrina era garantido com o zelo na repetição e na memorização.

Os jesuítas exerceram grande influência na vida social e política e eram contrários ao espírito crítico, pois eles privilegiam o dogma e a conservação da tradição. A pedagogia da Companhia de Jesus é duramente criticada por suprimir a originalidade de pensamento e por censurar. Assim sendo, era costume jesuítico eliminar, dos textos clássicos, as partes nocivas à fé e aos bons costumes.

Na educação jesuítica, tudo estava prescrito a fim de não ofender a fé. Devia-se observar desde a posição das mãos, até o modo de levantar os olhos, para evitar

qualquer forma de independência pessoal. A pedagogia dos jesuítas influenciou quase todo o mundo, inclusive o Brasil.

Os jesuítas tinham cuidado por estabelecer um padrão no ensino, além de preservar o conteúdo das lições. Para isso, a *Ratio Studiorum* estabelece que a lição para o dia seguinte seja cuidadosamente explicada aos alunos. Depois, essa lição tinha que ser aprendida de cor. Por último, através de avaliações sistemáticas (diárias, semanais, mensais e anuais) gravar a lição “até que fique indelevelmente na memória e faça parte da inteligência” (FRANÇA, 1952, p. 25). Encontramos, na *Ratio Studiorum*, que as motivações da aprendizagem eram:

1. Submissões humilhantes aos instrutores, que era o critério de disciplina.
2. Incentiva-se o sentimento do dever, pelo desejo de receber sempre louvor e temor ao erro.
3. Disseminavam-se recompensas e castigos através de prêmios, de insígnias de honra, de posições de liderança e de divisão entre as salas.
4. Praticava-se o uso da rivalidade com aprovação da autoridade, porque, segundo eles, esta motivação favorecia o desenvolvimento dos alunos através do desenvolvimento do individualismo exagerado.

Analisando essas motivações, podemos observar que estabelecem uma confusão entre os critérios de respeito e de autocontrole (que são o fundamento da disciplina) com os de humilhação. Essas atitudes são sumamente perigosas, porque criam indivíduos servís e aduladores, acostumados a falsear a amizade e a deferência. Em relação à avaliação que incentiva a recompensa para os melhores resultados, cria indivíduos que sempre procuram uma gratificação para suas ações. É uma educação baseada no behaviorismo, não na consciência.

Os resultados imediatos podem ser bons, mas devemos analisar os benefícios que essa prática provoca na formação da pessoa. A procura da gratificação material ou em forma de louvor ante o cumprimento do dever cria uma mentalidade mercenária, que procura não a satisfação do dever cumprido, senão a recompensa e a notoriedade. Esses indivíduos chegam à frustração se suas ações não são conhecidas e são incapazes de colaborar se não são publicamente gratificados.

E, por último, a rivalidade constante, gerada ao entrarem os estudantes num jogo de competição, cria uma guerra de todos contra todos, que destrói a camaradagem e as possibilidades de colaboração. Os indivíduos com tal empenho de obter destaque são capazes das maiores trapaças e traições. No modelo de vitória competitiva da vida moderna, é considerado natural e justo obter esse tipo de resultados.

Essa noção de avaliação nos é cultivada desde a escola, mediante a forma de pontuação ante nossas ações, no vestibular, a ordem de méritos escolares, nos concursos públicos, etc. Isto se evidencia como um jogo que estabelece regras para vencer o outro. Em todas essas situações consideramos os demais como rivais, com os quais temos que competir.

O modelo competitivo de avaliação não nos remete unicamente aos esportes, à guerra; ele está referido a todos os âmbitos humanos, desde a empresa, a comunidade,

a família e, sobretudo, de maneira muito preocupante, na Educação. Esse modelo competitivo está exercendo um padrão de conduta humana. A justificação desse modelo é que foi proposto e aceito como uma seleção natural.

A conduta competitiva, de luta indiscriminada sobre os demais, adquiriu na sociedade uma importância tal que dessa competição diária depende nosso futuro, a estabilidade no trabalho, a posição social, a realização pessoal, a segurança econômica e depende também a satisfação da família. Todos esperam que nos tornemos vencedores em uma contenda. E passamos e reforçamos esse modelo de conduta através da educação.

Nessa contínua competição não tem lugar a colaboração, a solidariedade, a satisfação pelo êxito alheio. O principal é preocuparmo-nos em melhorar o nosso desempenho. O modelo da vitória competitiva tende a promover um raciocínio individualista sobre a excelência. Desde crianças somos condicionados a esse tipo de satisfação absolutamente individual, de tal maneira que nossa sociedade cria indivíduos alheios a qualquer problema humano, sempre que não nos atinjam diretamente.

3. Avaliação para legitimar e legalizar a hierarquia social

Segundo Perrenoud, vivemos numa época de crise de valores, de crise da cultura e de crise do sentido da escola. Através da prática da avaliação da aprendizagem se fortalece a hierarquia da organização social. Esta se apresenta com relações de subordinação, em graus sucessivos, entre os estamentos ou as classes sociais. Assim, para o pensador francês, através da prática da avaliação se classificam e se distribuem as classes ou os grupos sociais. A classificação dos alunos na sala de aula determina a hierarquia social.

Para esse pensador, “a avaliação inflama necessariamente as paixões, já que estigmatiza a ignorância de alguns para melhor celebrar a excelência de outros”. Ademais, “certos adultos associam a avaliação a uma experiência gratificante, construtiva; para outros, ela evoca, ao contrário, uma seqüência de humilhações”. Assim, “avaliar é – cedo ou tarde – criar hierarquias de excelências, em função das quais se decidirão a progressão no curso seguido, a seleção no início do secundário, a orientação para diversos tipos de estudos, a certificação antes da entrada no mercado de trabalho e, freqüentemente, a contratação” (PERRENOUD, 1999, p. 9).

Pode perceber-se, na leitura da obra de Perrenoud, que a lógica que permeia as práticas da avaliação da aprendizagem consolida a divisão de classes na sociedade e a avaliação legitima a hierarquia social. Por isso, ele nos diz: “avaliar é também privilegiar um modo de estar em aula e no mundo, valorizar formas e normas de excelência, definir um aluno modelo, aplicado e dócil para uns, imaginativo e autônomo para outros” (PERRENOUD, 1999, p. 9).

O autor francês utiliza analogias para chamar a atenção sobre os efeitos sociais da hierarquia pela avaliação: “assim como os pequenos mananciais formam grandes rios, as pequenas hierarquias se combinam para formar hierarquias globais, em cada

disciplina escolar, depois sobre o conjunto do programa, para um ano letivo e, enfim, para o conjunto de um ciclo de estudo” (PERRENOUD, 1999, p. 12).

A lógica utilizada na avaliação é limitada: “uma hierarquia de excelência jamais é o puro e simples reflexo da `realidade´ das variações. Elas existem realmente, mas a avaliação escolhe, em um momento definido, segundo critérios definidos, dar-lhes uma imagem pública” (PERRENOUD, 1999, p. 13).

A avaliação está criando uma burocracia baseada na racionalidade de uma ordem. A burocracia é a forma mais eficaz de exercer a dominação e é uma consequência do processo de racionalização da vida social moderna. Acreditamos que mudar a avaliação é um trabalho árduo e complicado, porque ela é a que garante a atual estrutura da sociedade, em sua grande parte. A avaliação criou a burocracia, que é uma forma de organizar o trabalho, é um padrão de regras para organizar o trabalho em nossa complexa sociedade. A modernização aconteceu com a passagem de uma organização tradicional e inculca para uma sociedade mais culta, com uma organização burocrática e racional.

Como observamos, a avaliação, tal como está estabelecida, forma parte de uma rede de manifestação hierárquica que permeia toda a sociedade. Esta vai desde a escola até as altas esferas do poder do Estado, porque é a avaliação a que legitima toda a estrutura burocrática dos concursos públicos.

O modelo burocrático, que é legitimado por uma “avaliação transparente e justa”, não se concebe sem um vencedor e um vencido ou grupo de vencidos. Os reprovados são os excluídos e têm um destino social: “aqueles que são reprovados são relegados às habilitações pré-profissionais ou entram no mercado de trabalho aos 15-16 anos; por outro, os que avançam no curso e se orientam para os estudos aprofundados” (PERRENOUD, 1999, p. 13). As notas possuem uma mensagem aos alunos na sala de aula, elas permitem fazê-los trabalhar, conseguir seu silêncio, sua concentração, sua docilidade em vista do objetivo supremo: passar de ano. Pois, para eles, a avaliação é um fim em si. É uma engrenagem no funcionamento didático, na seleção e na orientação escolar.

4. Avaliação formativa

Perrenoud afirma que a função do professor, na prática da avaliação de aprendizagem, é análoga à do médico e à do artista. É análoga de maneira tal que, quando um artista modela um objeto, não deixa de observar o resultado para ajustar seus gestos e, se preciso for, “corrigir o alvo”, ou seja, a arte de conduzir a ação pelo olhar, em função de seus resultados provisórios e dos obstáculos encontrados. Cada professor dispõe dela, como todo mundo (PERRENOUD, 1999, p. 14).

A tarefa do professor como médico é no sentido de que “nenhum médico se preocupa em classificar seus pacientes, do menos doente ao mais gravemente atingido. Nem mesmo pensa em lhes administrar um tratamento coletivo. Esforça-se para determinar, para cada um deles, um diagnóstico individualizado, estabelecendo uma ação terapêutica sob medida” (PERRENOUD, 1999, p. 15).

Com esta reflexão da avaliação, Perrenoud afirma que esta deve ser formativa em uma pedagogia diferenciada, mas contra ela “chocam-se com obstáculos materiais e instituições numerosas” (PERRENOUD, 1999, p. 16). Com efeito: o efetivo das turmas; a sobrecarga de programas; a concepção dos meios de ensino e de didáticas, que quase não privilegiam a diferenciação; o horário escolar; a divisão do curso em graus; a ordenação dos espaços “são restrições dissuasivas para quem não sente, visceralmente, a paixão pela igualdade”.

Por isso, Perrenoud afirma que, quando focalizamos a questão da avaliação, percebe-se uma situação entre duas lógicas: uma lógica de seleção e uma lógica formativa:

Incontestavelmente, a lógica formativa ganhou importância. Pouco a pouco, denunciam-se os limites que lhe impõem as lógicas de seleção. Esquece-se que elas reinaram sozinhas, durante décadas. A democratização do ensino e a busca de uma pedagogia mais diferenciada fizeram emergir, e depois difundir, a lógica formativa, de modo que hoje em dia as forças e a legitimidade de ambas estão mais equilibradas. (PERRENOUD, 1999, p. 18).

Podemos observar que Perrenoud, quando questiona os critérios de avaliação, encontra duas lógicas. Ele afirma que o alvo da avaliação é a promoção humana (avaliação formativa). Assim, analogamente ao médico que cuida do corpo, o professor cuida do espírito, da razão, da educação, da consciência dos alunos. Ademais, o professor é um artista, porque procura a beleza na formação dos alunos.

Por este motivo, deve-se limitar a quantidade de alunos (em nosso país, podemos propor um máximo de 20 alunos por sala de aula). Assim, refletindo o *status* da prática da avaliação com a leitura da obra de Perrenoud, surge uma missão social para os professores: não perenizar a hierarquia social.

Cipriano Luckesi, em sua *Avaliação da Aprendizagem Escolar*, faz uma distinção entre os termos avaliação de aprendizagem e avaliação. A primeira é avaliar, através das provas e exames, o desempenho do educando sobre determinado conteúdo (conjunto de informações, habilidades, convicções, criatividade, etc.), classificá-lo em aprovado e reprovado, utilizando nota de 0 a 10, e ordená-lo em variados níveis. Esta prática é um julgamento seletivo. Vale a pena trazer à cena a expressão “instrumentos de avaliação”, utilizada com o significado de testes, provas, redações, monografias, etc. Esses instrumentos são os recursos utilizados para proceder à avaliação, ou seja: (1) modos de constatar e de configurar a realidade; (2) critérios de qualidade a serem utilizados no processo de qualificação da realidade; (3) procedimentos de comparação da realidade configurada com os critérios de qualificação preestabelecidos (LUCKESI, 2002).

O processo de avaliação é complexo e pode ser entendido como uma parte importante da educação, que deve procurar a melhoria permanente da eficiência individual. O objetivo da educação se encontraria no próprio processo de desenvolvimento. A avaliação como parte da educação não teria um fim ulterior a ser atingido. A educação se confundiria com o próprio processo de viver, sendo que a

avaliação deve ser feita a vida toda, como uma forma de ter consciência de nossos progressos e dificuldades.

Neste processo educativo, Luckesi identifica avaliação com: “Defino a avaliação da aprendizagem como um ato amoroso no sentido de que a avaliação, por si, é um ato acolhedor, integrativo, inclusivo” (LUCKESI, 2002, p. 171). Esse autor nos leva a repensar o amor platônico. Para Platão, amar o Bem, a Beleza e a Verdade é um ideal de vida para poder inspirar aos educandos a encaminhar sua vida nessa direção. Mesmo que inalcançável ou inesgotável, essa fonte deve atrair-nos como a luz aos insetos, com uma delícia hipnótica, prazerosa e desejável. Não se entende o amor como algo constantemente doloroso ou agressivo. Pelo contrário, é atraente e convidativo. Assim deve funcionar a educação e a avaliação não pode afastar-nos deste ideal. Pelo contrário, deve existir coerência entre o ideal e os meios para atingi-lo. Então, a avaliação não pode ser confundida com julgamento, assim:

Para compreender isso, importa distinguir avaliação de julgamento. O julgamento é um ato que distingue o certo do errado, incluindo o primeiro e excluindo o segundo. A avaliação tem por base acolher uma situação, para, então (e só então), ajuizar a sua qualidade, tendo em vista dar-lhe suporte de mudança, se necessário. A avaliação, como ato diagnóstico, tem por objetivo a inclusão e não a exclusão; a inclusão e não a seleção - que obrigatoriamente conduz à exclusão. (LUCKESI, 2000, p. 172).

O julgamento está mais ligado a uma sentença ou condenação, pois é um veredicto que paira entre dois polos o certo e o errado. A lógica que comanda este raciocínio é a lógica bivalente. A avaliação deve ser um diagnóstico, que tem por objetivo aquilatar coisas, atos, situações, pessoas. A avaliação não pode ser excludente, não deve optar pela lógica bivalente, deve ser polivalente.

A rejeição da avaliação da aprendizagem como um julgamento de exclusão e seletivo é porque ela reproduz e sustenta o modelo da sociedade burguesa: excluir e marginalizar grande parte de seus membros. Com efeito, Luckesi anota que, a mais-valia representa a exploração do homem pelo homem para garantir o capital, o fundamento da constituição da sociedade burguesa: uma sociedade dividida em classes, na qual uma submete à outra.

Constatando que as avaliações de aprendizagem são as mais resistentes às mudanças nas escolas públicas de São Paulo, Luckesi afirma que a avaliação da aprendizagem criada por Ralph Tyler, em 1930, é a prática generalizada da avaliação da aprendizagem por provas ou exames.

Pergunta-se, porém: – Como se pode propor a avaliação como um ato amoroso se a sociedade na qual esta se pratica não é amorosa, é uma sociedade burguesa? Luckesi responde que “uma avaliação amorosa é uma avaliação de acolhimento tendo em vista a transformação da sociedade, daqui a rejeição de uma avaliação por provas e

exames que implicam julgamento para a exclusão do educando” (LUCKESI, 2000, p. 171).

Para Luckesi, o ato amoroso é aquele que acolhe a situação como ela é, com suas diversidades. Neste ato não se julga e não se exclui. Esse pensador brasileiro afirma que, no mandamento “ama o teu próximo como a ti mesmo”, está implícito o ato amoroso: inclui a si mesmo e o outro – Jesus Cristo acolhe a Maria Madalena. Analogamente, a avaliação deve acolher, incluir, integrar e não afastar ou excluir o educando do educador. O professor aparece na prática da avaliação como nos atos de Cristo, que inclui e não divide. A tarefa do professor torna-se uma profissão sagrada, em que avaliar é uma prática que produz reverência.

Esta atitude de amor, Luckesi a encontra também em *A Função do Orgasmo*, de Wilhelm Reich, marxista e psicanalista (1897-1957). O ato amoroso é obra de um homem adulto e livre. A avaliação é ato de homem bem constituído, ela não se fundamenta nos atos de mecanismos de defesa como estratégia de sobrevivência, que são as atitudes regressivas (muito primitivas) da condição humana. Na avaliação existe acolhimento, é uma cura e uma atitude que caracteriza o “adulto”, que é um homem livre, reflexivo e questionador.

Assim, Luckesi afirma que, no ato da avaliação, se mostra a integridade humana do professor, como adulto (Reich) e sagrado (como Cristo). Na avaliação se deve incluir, integrar e acolher e não julgar, nem afastar nem selecionar. Avaliar um discente com dificuldades é criar a base do modo de como incluí-lo dentro do meio da aprendizagem; o diagnóstico permite a decisão de direcionar ou de redirecionar aquilo ou aquele que está precisando de ajuda.

5. Nem espontaneísmo nem autoritarismo na avaliação da aprendizagem

Luckesi enfatiza que a avaliação da aprendizagem tem dois objetivos: auxiliar o educando no seu desenvolvimento pessoal pelo processo de ensino e aprendizagem, e responder à sociedade pela qualidade do trabalho educativo realizado. Estes dois objetivos não podem dissociar-se no uso escolar da avaliação.

A avaliação tem por objetivo auxiliar o educando no seu crescimento e na sua integração consigo mesmo como sujeito existencial e como cidadão, ademais de ajudá-lo na apropriação dos conteúdos propostos. O diagnóstico da avaliação permite a tomada de decisão mais adequada, tendo em vista o autodesenvolvimento e o auxílio externo para esse processo: “para não ser autoritária e conservadora, a avaliação tem a tarefa de ser diagnóstica, ou seja, deverá ser o instrumento dialético do avanço, terá de ser o instrumento da identificação de novos rumos” (LUCKESI, 2000, p. 43).

A educação deve formar um cidadão que tomará parte do espaço público e todo cuidado é pouco. Como parte dos cuidados, esta deve ajudar no desenvolvimento individual do aluno, não desencorajar nem desmotivar, tampouco deve enganar só dando resultados excelentes. O processo educativo deve ter por objetivo suscitar e desenvolver no educando os estados físicos e morais que são requeridos pela sociedade. Nesse

processo, a avaliação deve propor as exigências, e ajudar na orientação do procedimento de ensino.

A escola recebe a missão social de educar as novas gerações. O histórico escolar de cada educando é o testemunho social que a escola dá ao coletivo sobre a qualidade do desenvolvimento do educando, mas “o sistema social não demonstra estar tão interessado em que o educando aprenda, a partir do momento que investe pouco na Educação. Os dados estatísticos educacionais estão aí para demonstrar o pequeno investimento, tanto do ponto de vista financeiro quanto do pedagógico, na efetiva aprendizagem do educando” (LUCKESI, 1998, p. 137)

Se centrarmos num dos objetivos isoladamente, cairemos no espontaneísmo ou no autoritarismo. A responsabilidade da escola está na articulação entre o crescimento individual do educando com o coletivo social. Assim, “a avaliação da aprendizagem escolar auxilia o educador e o educando na sua viagem comum de crescimento, e a escola na sua responsabilidade social. Educador e educando, aliados, constroem a aprendizagem na escola, e de aqui à sociedade” (LUCKESI, 2000, p. 171).

Como educadores, acreditamos na educação e acreditamos que a prática educativa é individual, com respostas diversas e surpreendentes. Não existe receita pronta nem avaliação conclusiva, só orientadora. Sendo assim, devemos procurar esforçar-nos cada vez mais em cuidar para que a educação chegue a um maior número de pessoas e para que nossos métodos de aproximação respeitem a dignidade humana e que nos permitam ganhar o respeito de nossos interlocutores.

6. Conclusões

A partir dos textos de Perrenoud e de Luckesi podem-se perceber os efeitos da prática da avaliação da aprendizagem: o sustento de uma sociedade hierarquizada e elitista. A reflexão sobre esta prática é o que dignifica a função do professor e do papel social da escola.

A avaliação é constituída como uma prática temida e perturbadora, que está longe de incentivar o gosto pelo estudo. De tal maneira a prática é temida e perturbadora, que faz parte da cultura popular a ideia de que quem gosta de aprender é quem gosta de sofrer. Herdamos uma prática avaliativa que atenta contra a dignidade humana, deturpa os valores éticos, isto é, cria seres domesticados, mas que, disciplinados, incentivam o mercenarismo e a vaidade, além de acabar com a solidariedade.

A avaliação legitimou e legalizou a burocracia. A modernização é a passagem do poder das mãos de uma sociedade tradicional a uma sociedade meritória e burocrática. A dominação está presente. O que mudou foram os requisitos do dominador. A burocracia representa um avanço em relação ao sistema anterior, mas não está isenta de erros, tal como foram apresentados neste trabalho.

A burocracia meritória pode ser questionada pela forma de avaliação com a qual ela se estabelece. A burocracia deve beneficiar aqueles que se realizam nessas

atividades, que são felizes fazendo da melhor maneira aquilo que fazem. A avaliação deve levar em conta a satisfação pessoal do avaliado.

Observar a avaliação como um ato de amor é retirar aqueles preconceitos sobre a educação e a avaliação. Significa tentar fazer da educação um ato prazeroso e generoso, um verdadeiro ato de amor. Isto valoriza e dignifica ainda mais o papel do educador, além de dar maior satisfação aos envolvidos.

Os critérios classificatórios da prática da avaliação registram geralmente diferenças de competências muito transitórias, por isso não se pode acreditar nos resultados dessa prática escolar. Sendo assim, o denominado “fracasso escolar” existe no domínio da escola, em que é ela que avalia seus alunos determinando o fracasso de alguns. Assim, essa medida repressiva apresenta-se como resultado de um julgamento lógico excludente na instituição escolar.

A problemática mundial nos leva a tratar na escola temas como biodiversidade, desenvolvimento sustentável, inclusão, educação ambiental, solidariedade, etc., que são problemas que atingem a todos e nossa participação consciente é necessária. Cabe perguntar, porém, como conseguir isto. Obviamente, incluir estes temas no currículo escolar de pouco pode ajudar, se nosso sistema educativo não permite a educação da consciência, a colaboração, a solidariedade e a integração responsável com a sociedade. Por isso, acreditamos que a concepção de avaliação é fundamental para a formação do ser humano e os efeitos desta avaliação estão refletidos na forma como a sociedade participa e se envolve na problemática global.

7. Referências

- COMENIUS. **Didática magna**. São Paulo: Martin Fontes, 2002.
- DE ROSA, M. G. **A história da educação através dos textos**. São Paulo: Cultrix, 1980.
- HADJI, C. **Avaliação desmistificada**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.
- HOFFMANN, J. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. 8. ed. Porto Alegre, RS: Mediação, 1996.
- LUCKESI, C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 2000.
- . Verificação ou avaliação: o que pratica a escola? **Idéias**. n. 8. São Paulo: FDE, 1998. p. 133-140.
- . Avaliação da aprendizagem na escola e a questão das representações sociais. **Eccos Revista Científica**, vol. 4, fasc. 2, Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2002. p. 79-88.
- LÜDKE, M. A. **M.E.D.A. pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 6. ed. São Paulo: EPU, 1986.
- NUNES, R. A. C. **História da educação no Renascimento**. São Paulo: Edusp, 1980.
- PERRENOUD, P. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens, entre duas lógicas**. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- PILETTI, C. **Filosofia e história da educação**. São Paulo: Ática, 1991.

FRANÇA, L **O método pedagógico dos jesuítas**. O Ratio Studiorum. Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1952.

REICH, W. **A função do orgasmo**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SORDI, M. R. **A prática de avaliação do ensino superior**: uma experiência na enfermagem. São Paulo: Cortez/PUCCAMP, 1995.

TYLER, R. **Princípios básicos de currículo e ensino**. Porto Alegre: Globo, 1981.

Notas

¹ Doutor em Filosofia. Docente do Centro de Ciências Humanas e Sociais – Unioeste – Campus de Toledo. E-mail: bsakamoto@uol.com.br.

² Doutor em Educação. Docente da FASUL. E-mail: rosaguilar@hotmail.com.

Recebido em 02/04/2008.

Aprovado para publicação em 19/07/2008.